

QUEM CONSTRUIU O GRANDE ZIMBÁBUE? EM TORNO DO MITO DA INCAPACIDADE CIVILIZADORA DOS POVOS AFRICANOS

José Henrique Rollo Gonçalves¹

para Jairo de Carvalho

Resumo. Desde o começo do século XVI, europeus têm escrito sobre o que entendem por atraso tecnológico, estético e moral dos povos africanos. Tomando como ponto de partida a história das hipóteses sobre as origens do complexo arquitetônico do Grande Zimbábue, este artigo discute brevemente os pressupostos etnocêntricos e racistas daquelas percepções, sua durabilidade, e seu papel funcional no desenvolvimento das ideologias supremacistas de brancos africanos.

Palavras-chave: História Africana; mitos etnocêntricos; grande Zimbábue; Reino do Monomotapa.

WHO BUILT THE GREAT ZIMBABWE? ABOUT THE MYTH OF CIVILIZATIONAL HANDICAP OF AFRICAN PEOPLES

Abstract. Since the beginning of the sixteenth century Europeans have been writing about what they perceive as technological, aesthetic and moral backwardness of African peoples. Taking as starting point the history of the hypothesis about the origins of the architectural complex of Great Zimbabwe, this article discusses briefly the ethnocentric and racist assumptions of those perceptions, their durability, and their functional role in the development of white Africans' supremacist ideologies.

Key words: African History; ethnocentric myths; Great Zimbabwe; Kingdom of Monomotapa.

¹ Professor do Departamento de História e pesquisador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (Tulha) da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: jhrgoncalves@uem.br. Esse artigo, de intenções didáticas, resultou de uma palestra sobre ensino de História da África no seminário "Reflexões Sobre História e Cultura Afro-Brasileira", realizado em Maringá, em 04/10/2003.

No segundo livro de sua **Relatione del Reame di Congo et delle Circonvicine Contrade**, publicada em 1591, o humanista italiano Filippo Pigafetta e o viajante português Duarte Lopes mencionaram brevemente o Império do Monomotapa e as cidades de pedra espalhadas por seu território.² Tratava-se, segundo eles, de um reino imenso, que se estendia para dentro da África a partir dos rios Manhiça (o Limpopo), ao sul, e Cuama (o Zambeze), ao norte, limitando-se, no “Austro com os Senhores do Cabo da Boa Esperança”. Nessa região, haveria “quantidade grandíssima de minas de ouro, que é levado para toda região vizinha e em Sofala e na terra da África”. No passado, pelo que diziam os navegadores árabes do Índico e do Mar Vermelho, aquelas minas fabulosas forneceram os metais que chegaram ao rei Salomão, no templo de Jerusalém. Para Pigafetta e Lopes, tal idéia parecia perfeitamente verossímil, pois, nas comarcas daquele reino, “encontram-se muitos edifícios antigos, de grande lavor & de boa arquitetura de pedra & cal & de madeira, o que não se vê nas províncias circunvizinhas”. (PIGAFETTA e LOPES, 1591: 73).

Contam-se mais de 200 núcleos de edificações de pedra, denominados *zimbábues* (em xona, *dzimbabwe*: casa de pedra, por extensão, casa ou túmulo do governante), espalhados por Moçambique, África do Sul, Botswana e Zimbábue, numa vasta zona de clima tropical úmido, entre 1000 e 1300 metros de altitude. (ROBERTS, 1981: 128-130). O principal deles é o Grande Zimbábue, um conjunto arquitetônico, agora em ruínas, que cobre uma área de cerca de 40 hectares, localizada a 20° de latitude sul e 26° de longitude este. Livre da mosca tsé-tsé (mosca do sono), banhada por numerosos cursos d’água e beneficiada pela abundância de rochas graníticas moles, que facilitam a escultura e a edificação, essa região abrigou aldeãos dedicados à agricultura e ao pastoreio, desde, no mínimo, 100 d. C.. (MURRAY, 1997: I: 10-22 e II: 192 e ss). Suas sucessivas ocupações estão atestadas pelos vestígios de sítios residenciais cada vez mais amplos e complexos. Eram sociedades estratificadas, nas quais a divisão social e espacial do trabalho e as diferenças entre classes foram crescentemente acentuadas, até a formação

² *Monomotapa* é forma latinizada de *muene mutapa* ou *mvana mutapa*, cujas diversas acepções confluem para a idéia de rei ou senhor. Pierre Bertaux advertiu que dois obstáculos devem ser equacionados quando estudamos o “país do Monomotapa”. O primeiro é a falta de documentos escritos antes da chegada dos europeus. O segundo são as noções familiares aos historiadores ocidentais. “Falar de ‘reino’ do Congo ou de ‘império’ do Monomotapa sugere idéias falsas. Não há nada na época e na região que estamos considerando, que se pareça a nossos Estados, nossos governos, nossas administrações ou a nossos territórios com suas fronteiras”. (BERTAUX, 1974: 100-101).

de chefias, que resultaram em elites monárquicas. (DAVIDSON, 1981: 42 e ss; COSTA E SILVA, 1996: 407-411).

As estruturas hierárquicas nas sociedades ao sul do Rio Zambeze fundaram-se, inicialmente, no controle do gado. A pecuária foi praticada nas terras altas do Sudeste Africano muitos séculos antes de Cristo, mas não foram estabelecidos laços de continuidade entre as primeiras comunidades de pastores e os povos bantos encontrados pelos árabes e os europeus, que teriam importado o gado do litoral índico. Seja como for, “o que é certo, tanto pela arquitetura dos assentamentos quanto pelo conteúdo dos depósitos arqueológicos, é a associação entre a propriedade do gado e o status social elevado no seio dessas comunidades”. (OLIVER, 1994: 129). Os reinos, que ocuparam a área no período correspondente à Idade Média na Europa, reforçaram seu poderio através do controle de centenas de minas e dos caminhos que levavam aos portos do Índico, onde trocavam ouro, cobre e marfim por produtos das mais diversas procedências. Quase todo o ouro extraído na região vinha de aluviões. Encontraram-se, porém, minas que chegavam a 90 metros de profundidade. Nelas foram achados esqueletos de meninas e adultas, identificadas pelos adornos que usavam. (ISICHEI, 1997: 115). Escavações exumaram restos de porcelana chinesa, garrafas holandesas, milhares de contas de vidro, fragmentos de objetos persas e frascos da Síria. O sal vinha do que é hoje Zâmbia e de outras áreas. Os cortesãos usavam tecidos coloridos da Índia para denotar prestígio. O cobre, extraído na área do Limpopo e do Olifants desde o século VIII, era usado na confecção de ornamentos, sobretudo femininos (ROBERTS, 1981).

A maior parte do complexo arquitetônico do Grande Zimbábue foi erguida entre os séculos XII e XV, mas há áreas menores, edificadas com técnicas bem mais toscas, que datam do primeiro milênio d. C.. Sua configuração final definiu-se entre os séculos XVII e XVIII. Ele estava dividido em três grandes setores. O primeiro, numa colina, ficou conhecido como “acrópole”, por analogia com os edifícios do outeiro ateniense. Ele aproveita os contornos do relevo, incorporando rochedos e penhascos. Nele teriam vivido os primeiros monarcas, que souberam explorar as crenças, correntes entre os povos bantos, no caráter sagrado das colinas e montanhas. O segundo, localizado num vale, a 700 metros de distância, foi chamado de “templo elíptico”. Tem 240 metros de diâmetro e alguns de seus muros chegam a 9 metros de altura e quase 6 de largura. Sua grande murada externa cercou as paredes anteriores, que, crêem alguns arqueólogos, foram integradas funcionalmente às práticas de ritualização do espaço. Entre esses dois conjuntos edificadas havia um

terceiro segmento, as habitações dos súditos e as casas comerciais, feitas com madeira, *daga* (material de grande durabilidade composto pelo barro batido de formigueiros e cupinzeiros, esterco e outros minerais), e *taipa*, bem mais utilizada por ser mais fácil de obter. Delas só restam os vestígios das fundações. No começo do século XV, nelas viviam entre 15 e 20 mil pessoas. (KI-ZERBO, 1981: 242).

As paredes da “acrópole” e do “templo elíptico” foram feitas com blocos de pedras, empilhados e/ou encaixados sem cimento, através de uma técnica em crescente aperfeiçoamento, resultante da interação entre os diversos grupos que ocuparam a região. Isso pode ser observado nas forma dos blocos. Nas muralhas mais antigas, são grosseiros, pouco cinzelados, como se os trabalhadores apenas quebrassem o granito em fragmentos menores, sem qualquer preocupação estética. Nas mais recentes, foram cortados com esmero, dispostos com forte simetria e, em algumas partes, decorados com motivos geométricos. Estimou-se que foram usados cerca de 900 mil blocos de diversos formatos e espessuras. O granito era quebrado com o emprego de fogo (dilatação) e água (contração), o que exigia muito carvão vegetal, ocasionando imensa devastação das matas. Supõe-se, dada a ausência de ângulos retos, que seus construtores não usavam prumo ou esquadros. Na década de 1950, Anthony Whitty, um arquiteto rodesiano, estudou em detalhes os princípios de edificação, sobretudo o modo de apoiar uma parede contra outra. Ele concluiu que as técnicas eram basicamente locais. Tal opinião, hoje predominante, não obsta que se especule sobre possíveis trocas tecnológicas entre o interior e o litoral. (SUMMERS, 1965: 50-52; McINTOSH, 1998).

Nas últimas décadas, o desenvolvimento da Arqueologia Cognitiva possibilitou novas interpretações das muralhas e da cultura material dos povos que viveram na região. Os estudos de Thomas Huffman sugeriram que a chave-mestra para uma compreensão ampla daquelas estruturas espaciais está na ordem simbólica, em particular nos elementos estéticos de ritualização do poder político. Comparando diversos sítios onde existiram edificações similares, embora menores, ele concluiu que, apesar de todos os seus componentes originais e únicos, o Grande Zimbábue reproduzia padrões espaciais de conduta das elites dirigentes encontrados noutras áreas da África Banto. À diferença das sociedades pastoris, cujos homens eram enterrados junto ao gado, seu mais importante bem material e signo de *status*, naquelas onde se desenvolveram formas estatais de organização política, baseadas em atividades econômicas mais complexas e diversificadas, os dirigentes

eram sepultados na colina, separados dos súditos, fossem homens ou mulheres. A disposição das residências protegia os governantes, sua parentela e seus bens (entre estes, suas mulheres) de seus competidores e dos súditos populares. (HUFFMAN, 1997; McINTOSH, 1998). Autores recentes têm minimizado e, até mesmo, simplesmente negado, o papel militar atribuído às muralhas por arqueólogos e historiadores da primeira metade do século XX. Daí que já se tenha garantido, muito exageradamente, que, “é universalmente aceito que os muros foram simbólicos e, não, defensivos, em seu propósito” (ISICHEI, 1997: 117).

Segundo Joseph Ki-Zerbo, os imponentes edifícios do Grande Zimbábue “exigiram tanto trabalho como as pirâmides do Egito”, o que mostraria que, o Estado que comandou as obras era “muito bem organizado”.³ Tratava-se “do reino negro chamado do Monomotapa, muito cedo conhecido na Europa graças aos Portugueses”. (1981: 240). Basil Davidson também pensou assim em sua primeira síntese. (1968: 255-256). Posteriormente, trabalhou com a diferença – nem sempre muito clara – entre o Estado xona do Grande Zimbábue e o reino do Monomotapa, estabelecido mais ao norte, na margem sul do rio Zambeze, próxima ao Monte Darwin. (1981: 104 e ss). A maioria dos historiadores parece optar por essa perspectiva, reconhecendo a forte continuidade entre os Estados que dominaram a região, desde o início do segundo milênio d. C.. Contudo, demarcam o reino do Monomotapa, com todas as reservas que o vocabulário europeu exige, precisamente a partir de meados do século XV. Neste sentido, não seria apropriado dizer que o Grande Zimbábue ainda era sua capital, pois a corte estava agora instalada no Dande, entre os rios Mazoé e Huniyani, de onde partiram vários exércitos a fim de sujeitar os demais reinos da região e, provavelmente, tentar conquistas no litoral. (KI-ZERBO, 1981: 241-242).

O reino do Monomotapa era um típico Estado da África Tropical, com um vasto séquito de cortesãos cumprindo funções governamentais. O monarca residia nos zimbábues, junto com suas numerosas esposas, filhos, parentes e altos membros da corte, protegidos por tropas de homens e mulheres. “O mínimo dos seus gestos, por exemplo, quando tossia, era imitado por toda a corte. A sua integridade física era condição da prosperidade do país. Praticavam-se, portanto, envenenamentos

³ Roland Oliver observou que as obras demandavam quantidades formidáveis de trabalhadores, o que sugere, por comparação com edificações de porte semelhante noutras regiões da África e noutros continentes, a vigência de governos ditatoriais. Essa interpretação, próxima à teoria do “despotismo oriental”, é defendida por vários autores, mas ainda parece bastante especulativa (OLIVER, 1994: 128).

rituais”. (...) “Segundo a crença, a alma do rei defunto ia-se encarnar num leão, animal sagrado”. (KI-ZERBO, 1981: 240). Relatos árabes nutriram a idéia de que o rei vivia oculto dos súditos das camadas inferiores, que dele, somente ouviam a voz. Porém, pesquisadores recentes, baseando-se nas tradições orais, contestam essa interpretação. Eles não encontraram provas de que a monarquia era considerada divina, como alguns historiadores pensaram, nem descrições da vida cotidiana, que mostrassem um distanciamento físico permanente entre o monarca e os súditos. O isolamento seria parte do rito das audiências. No dia-a-dia, o rei convivia com todas as camadas sociais nas ruas das aldeias (COSTA E SILVA, 1996: 423-426; LAMPHEAR, 1977).

Os súditos do Monomotapa descendiam de grupos bantos, que chegaram do leste ao longo do primeiro milênio da Era Cristã. (PHILLIPSON, 1980; SOLANKE, 1996). Os mais numerosos eram os xonas. No tempo em que os lusos chegaram ao Índico, estava em curso um processo de islamização dos povos que conviviam com os árabes e os suaílis do litoral. (MARTIN, 1977; DAVIDSON, 1984: 95-104). Na segunda metade do século XV, famílias lideradas por Changamire (o *emir* Changa, como lhe chamaram os árabes interessados em boas relações comerciais) se desvincularam dos domínios do Monomotapa e ocuparam o sítio do Grande Zimbábue. De lá, seus guerreiros fizeram contínuas incursões ao norte, combatendo o antigo suserano, até meados do século XVI, quando entraram em uma fase declinante, que durou pouco mais de cem anos. Desde então, as edificações de pedra ficaram sob o controle da dinastia que os lusos chamaram de Tórua. Ela governava o reino de Guruusua, no sudoeste do planalto, e mantinha guerra permanente com o Estado do Monomotapa (COSTA E SILVA, 1996: 426-427; DAVIDSON, 1981: 106 e ss).

Quase nada disso era conhecido pelos europeus do início da Era Moderna. De todo modo, parecia-lhes lógico que cidades tão formidáveis só poderiam florescer se dispusessem de riquezas não menos formidáveis, como era o caso de Quiloa, no litoral do que hoje é a Tanzânia. Em meados do século XIV, um famoso viajante marroquino descreveu-a como “uma cidade muito bela, bem construída, onde todas as casas são feitas de madeira com um teto de junco”. Sua gente era “piedosa e virtuosa, pertencente ao rito *shafii*”. (IBN-BATTUTA, 1992: 125). Em 1516, um dos primeiros cronistas das viagens lusas pelo Índico mostrou-a como uma “cidade de mouros, de fremosas casas de pedra e cal, mui altas, com janelas à maneira das nossas e assi arruadas as casas e terrados”. (BARBOSA, 1996: 69). Sua graça, contudo, não a poupou da

sanha devastadora dos conquistadores. Como observou um conhecido historiador britânico, “as cidades costeiras, embora também acreditassem que tinham Deus do seu lado, não possuíam canhões”. Assim, “a partir de 1501, depois de os portugueses haverem avaliado as possibilidades de resistência das vítimas que tinham debaixo de mira, seguiram-se dez anos de invasões e assaltos sanguinolentos. Quiloa, Mombaça, Zanzibar, Brava e outras cidades foram massacradas ou submetidas por intimidação” (DAVIDSON, 1978: 231).

O reino do Monomotapa e seus vizinhos, afastados muitas léguas do litoral, não foram invadidos na primeira fase da presença europeia na África Oriental.⁴ Contudo, desde cedo, o controle luso do comércio entre a África e a Ásia teve impactos profundos sobre eles. Durante o século XVI, os portugueses carregaram o fluxo de mercadorias asiáticas para a Europa, pela rota do cabo da Boa Esperança, e as cidades da costa leste africana viraram entrepostos de abastecimento das naus da Índia. Os antigos circuitos econômicos entraram em colapso. Alguns foram deslocados para o norte, onde os lusitanos não puderam se estabelecer. Foi o caso do tráfico negreiro feito pelos árabes e seus sócios suaílis. Ele continuou abastecendo de escravos e de servos domésticos várias regiões do Mundo Islâmico, até meados do século XIX. (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 1998: 13-26). Mas o comércio de ouro e marfim não podia migrar do mesmo modo. “O ouro [do Zimbábue, enviado por Sofala,] fez a fortuna de Quiloa e talvez tenha vinculado mais do que se imagina os dois empórios. Ambos cresceram ao mesmo tempo e foram contemporâneos no declínio”. (COSTA E SILVA, 1992: 406-407). Estimou-se que, entre finais do século XVI e finais do XVII, a exportação anual de ouro do reino do Monomotapa para a Europa, através dos negócios feitos no litoral de Moçambique, tenha crescido de 500 para 1500 kg. (CHAUNU, 1984: 177).

Daí em diante, os portugueses se dedicaram ao projeto de chegar às minas do Zimbábue para conquistá-las e saqueá-las. Nada disso, porém, aconteceu. Tampouco foi possível a conquista espiritual tentada

⁴ Excetuando-se a viagem isolada de Antônio Fernandes, um degredado que embarcou para as Índias como carpinteiro de naus, na segunda viagem de Vasco da Gama ou na frota de Pedro Álvares Cabral. Partindo de Sofala, ele chegou ao reino do Monomotapa, em 1514-15. (ALMEIDA DE EÇA, 1969).

pelos jesuítas.⁵ Quando os lusitanos, finalmente, puderam percorrer o planalto entre os rios Limpopo e Zambeze, depois de diversas expedições malogradas por causa das doenças, da fome, e da resistência dos nativos, eles acharam um reino pobre, com uma elite dirigente fraca e temerosa de seus vassallos. Em 1607, eles fizeram um tratado com Gasa Lusere, o Monomotapa, aproveitando a ocasião propiciada pelas guerras entre reinos rivais. Os lusos teriam acesso às minas de cobre, chumbo, ferro e ouro, em troca de ajuda militar. Mas, isso não lhes pareceu suficiente. Em 1628, uma coluna guerreira gigantesca (250 militares europeus e cerca de 30 mil “cafres”, negros não-islamizados) invadiu as terras do Monomotapa, destruiu seus exércitos e assassinou a maior parte dos senhores do país. No ano seguinte, o monarca reconheceu a suserania portuguesa. (DAVIDSON, 1981: 106 e ss; BERTAUX, 1974: 127-128).

As cláusulas do tratado assinado entre o Monomotapa e Portugal eram draconianas. Ele foi forçado a aceitar a presença de sacerdotes católicos, autorizar a construção de igrejas e comprometer-se a expulsar ou eliminar, em um ano, todos os “mouros”, isto é, os mercadores islâmicos que se encontravam no reino. Também devia outorgar aos portugueses o direito de sentarem-se em sua presença, o que contrariava, profundamente, os ritos de governança estabelecidos (DAVIDSON, 1968: 314). Gasa Lusere foi substituído por um monarca que, seja por razões táticas, seja por convicção, converteu-se ao cristianismo, desmoralizando-se diante dos súditos e perdendo a autoridade. Esse novo rei, Mavura, apesar de fantoche, escreveu a Lisboa reclamando que os soldados lusos eram “muito nocivos” para o seu povo, matando alguns e ferindo outros, roubando-lhes os filhos e as filhas e o gado, de modo que todos os dias queixas são trazidas ao seu zimbabwe”. (*apud* DAVIDSON, 1981: 107). Poucos súditos, na realidade, o respeitavam. Como resultado, o esquema de centralização política, que funcionara por séculos, dissolveu-se.

⁵ Tal como os burocratas e os militares, os padres acreditavam que os negros não agiam por conta própria, mas faziam o que os árabes mandavam. A historiografia colonialista reiterou essa explicação. Em 1961, Oliveira Boléo (1968: 54) sublinhou que um dos grandes obstáculos à presença lusa em Moçambique foi a “campanha antiportuguesa dos mouros contrabandistas da costa ligados aos mouros comerciantes do sertão”. Alguns anos depois, Adriano Vasco Rodrigues (S/D: II, 337 e 344) afirmou que, “em 1559, estabeleceram-se missões em Inhambane e no reino de Monomotapa. Mais tarde, fez-se a conversão dos reis de Tongue, alcançando-se a conversão do imperador do Monomotapa, que passou a chamar-se Sebastião. Estes senhores e sua numerosa corte adotaram o cristianismo, embora por pouco tempo, pois o território, contando uma forte corrente islamizada, levou os recém-convertidos ao massacre dos missionários”.

Portugal, contudo, não pôde usufruir, como pretendia, do domínio absoluto dos metais da região. O ouro ficara cada vez mais escasso, tanto pelo esgotamento dos veios quanto pela dissimulação dos africanos, que o ocultavam. Escreve Pierre Bertaux: “Isto se converterá em uma prática metódica: tendo percebido que as explorações mineiras despertam a avareza dos portugueses, os africanos fecham-nas e apagam suas pegadas, deixa-se que o terreno retome seu aspecto selvático; se reproduz o deserto”. Por outro lado, como as guerras continuaram, era quase impossível praticar a catequese, estabelecer uma política de repressão, assimilação e recrutamento de nativos, e montar uma ordem colonial. “Os portugueses devem constatar seu fracasso. Deixam de se interessar pelo interior do país, que já não proporciona ouro, mantendo-se em pouco mais do que algumas explorações situadas no baixo curso do Zambeze. Os raros colonos portugueses são absorvidos pouco a pouco pela população local”. (BERTAUX, 1974: 128). No começo do século XVIII, D. João V, escreveu ao Vice-Rei da Índia que o Império do Monomotapa estava “em tal decadência que ninguém tem domínio sobre ele, pois toda gente ali exerce o poder” (*apud* DAVIDSON, 1968: 301).

Em suma, nem Duarte Lopes nem Filippo Pigafetta estiveram pessoalmente nas terras do Monomotapa.⁶ Na realidade, eles nada mais fizeram do que reiterar um clichê descritivo, formado no decurso do século XVI, combinando informações passadas aos europeus por africanos, árabes, persas e indianos. Sonhos antigos, como o desejo de mercadejar nas terras do Preste João ou de encontrar as maravilhas botânicas, minerais e zoológicas noticiadas pelos geógrafos da Antigüidade e da Idade Média, costuravam as emoções de quem ouvia aquelas histórias (DAVIDSON, 1968: 237 e ss). Daquele caldo de sentimentos, lendas e fantasias resultou um conjunto de quadros descritivos e idéias-feitas, que, com o passar dos séculos, apesar da crescente presença dos europeus em várias partes da África, sofreu poucas alterações substantivas. Uma dessas idéias-feitas é a crença de que os povos negros seriam incapazes ou teriam dificuldades quase insuperáveis de transitar por si mesmos para formas complexas de sociedade. Conforme essa perspectiva, para que tais processos sejam desencadeados é preciso a intervenção de vetores civilizatórios oriundos

⁶ O luso andou por várias regiões e dizia ter sido escolhido pelo rei do Congo para representá-lo junto ao Papa e a Felipe II de Espanha. Mas nunca viu o Grande Zimbábue. O italiano, a quem ele ditou suas jornadas e o que sabia sobre os sertões do continente, o conheceu em Roma, através do bispo de São Marcos, Antonio Migliori. (G. E. P. B., S/D: XV, 424 e XXI, 617-618).

de fora do Mundo Negro. Na Antigüidade, os egípcios e povos asiáticos, como os persas e os fenícios, teriam sido os principais difusores de progressos técnicos naquela região. Na Idade Média, a glória ficara com os árabes. Do início da Época Moderna para cá, essa função teria cabido aos ocidentais. (TAGUIEFF, 1997: 34-41).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Quando mencionaram o ouro do Monomotapa, Lopes e Pigafetta recordaram a passagem do **Livro de Reis** (no **Antigo Testamento**), sobre as célebres minas que forneceram a matéria-prima dos ornamentos com que o Rei Salomão mandou decorar o templo erguido para abrigar a Arca da Aliança (ANDREWS, 2000: 83 e ss). Apesar de lacônica, ela suscitou cobiça, desde a Antigüidade. Todos queriam achar Ofir, de onde os enviados de Hiram, o rei de Tiro, trouxeram os quatrocentos e vinte talentos de ouro, que entregaram ao governante de Israel. Também queriam encontrar o Reino de Sabá, cuja rainha chegou em Jerusalém com numerosa comitiva e uma cáfila carregada de riquezas, presenteando Salomão com cento e vinte talentos (cerca de seis quilos) de ouro. Mas ninguém sabia direito onde estavam Ofir e Sabá, embora a maioria achasse que elas ficavam no Sul da Arábia. (McKENZIE, 1993: 665). Ao longo do século XVI, os europeus se embrenharam pelos sertões africanos atrás das minas e dos tesouros de Sabá. O reino do Prestes João também ganhou nova geografia. Na Idade Média, ele fora situado no coração da Ásia e, depois, na Etiópia. Agora, as notícias das cidades do Zimbábue sugeriam que ele estava na África Tropical (DAVIDSON, 1968: 243 e ss).

Explicando como se organizava o poder do Monomotapa, Lopez e Pigafetta escreveram que seu império era vasto e de “gente infinita”, avassalando diversos reinos, que, com freqüência, se rebelavam. Seus exércitos eram separados em legiões e distribuídos pelas províncias, como na antiga Roma. Entre as divisões guerreiras, “as mais valerosas em nome são as legiões de mulheres, muito estimadas pelo Rei, & o nervo das suas forças militares: queimam com fogo a teta esquerda a fim de que não atrapalhem o disparo das setas, segundo o uso das Antiquíssimas Amazonas tão celebradas dos Historiógrafos das primeiras memórias profanas” (PIGAFETTA e LOPES, 1591: 73). Essa referência às guerreiras asiáticas, que lutaram contra Hércules (Hércules), Teseu e outros heróis mitológicos dos gregos, tinha a ver, por suposto, com o interesse dos humanistas, como Pigafetta, pelas tradições do Mundo

Antigo. (BRANDÃO, 1997: I, 58-60). No entanto, ao longo da Época Moderna, muitos europeus acreditaram sinceramente que, na África, pagã e selvagem como a América, havia guerreiras que, “por algum tempo, ajuntam-se com os homens, escolhidos por elas, a seu prazer, para geração; & se parem machos, mandam-nos para as casas deles; & se fêmeas, as guardam consigo para as exercitarem na guerra” (PIGAFETTA e LOPES, 1591: 73).⁷

Orientados por um compreensível padrão etnocêntrico de percepção, os cronistas faziam comparações, reduzindo o estranho ao conhecido e tornando próximo o distante, de modo a enquadrar, da melhor maneira possível, os fatos novos através das noções gerais de uso corrente. Podiam, deste modo, formar juízos coerentes e comunicar suas conclusões a um público capaz de reconhecê-las, pois compartilhava as mesmas categorias de pensamento. Em 1553, no primeiro tomo de suas **Décadas**, João de Barros, cronista-mor do reinado de D. João III, ao noticiar as edificações de pedra, chamadas pelos nativos de “Symbaoe” (palavra que ele traduziu como “corte”), aventou uma curiosa hipótese sobre suas origens. “Quando ou por quem estes edifícios foram feitos, como a gente da terra não tem letras, somente dizerem que é obra do Diabo, porque comparada ao poder deles, não lhes parece que a podiam fazer homens”. Essa idéia de que os súditos do Monomotapa ficavam abobalhados diante do próprio mundo que habitavam levava à conclusão lógica de que os negros jamais poderiam tê-lo construído. Considerando, disse o cronista, que os edifícios do Zimbábue “parecem muitos a outros que estão na terra do Preste João”, ou seja, na Etiópia, “bem podemos conjecturar (...) que esta obra mandou fazer algum príncipe que naquele tempo foi senhor destas minas” (*apud* G. E. P. B., S/D: XXXVII: 288-289).⁸

A idéia de que os povos subsaarianos seriam incapazes de realizar obras de engenharia complexa ganharia, nos séculos seguintes, o estatuto de convicção inquestionável. Ela pode ser resumida na observação de um soldado e viajante britânico que, ao narrar, em 1898, seus **Three Years in**

⁷ Existiam, decerto, guerreiras africanas e Joseph Ki-Zerbo usou sem problemas a palavra “amazonas” para caracterizar as tropas femininas do Daomé. O que está em questão é apenas a identificação delas com as figuras da mitologia clássica (KI-ZERBO, 1981: 357-359; TOPOR, 1988).

⁸ Segundo os mouros, que lá negociavam, as enormes construções de pedra estavam destinadas à guarda das minas de ouro. Eles também achavam que homens de regiões distantes foram os responsáveis pela criação do Grande Zimbábue. (DAVIDSON, 1968: 243 e ss).

Savage Africa, concluiu, referindo-se ao Grande Zimbábue, que, “é impossível acreditar que quaisquer nativos africanos fossem capazes de construir essas obras extraordinárias”. (DECLÉ, 1900: 194). Em grande medida, tratava-se da ampliação de uma imagem delineada ao longo da Época Moderna, quando viajantes europeus concluíram que, além de terem “todos os vícios ligados à cor negra”, como deles falou o Padre Labat, em 1730, os pretos em nada pareciam com verdadeiros seres humanos. Nas suas **Mélanges Intéressants et Curieux**, de 1765, Rousselot de Surgy protestou contra a hipótese de liberdade para os cativos africanos, alegando que todos que com eles conviveram concordam que, eles têm “a alma tão negra quanto o corpo. Todo sentimento de honra é desconhecido por esses bárbaros; nenhuma idéia, nenhum conhecimento que pertença aos homens. Se não tivessem o dom da palavra, só teriam de homens a forma. Têm uma inteligência abaixo da que admiramos nos elefantes”. Para o escritor francês, os negros, naturalmente perversos e viciosos, “formam uma raça de criaturas pela que a natureza parece subir dos orangotangos (...) ao homem” (*apud* DUCHET, 1972: 175).

O estereótipo dos pretos d’África a viver na “ociosidade contínua”, “como se tivessem um corpo de banha que receassem ver derreter-se ao calor do Sol e braços de vidro que receassem partir ao mais pequeno esforço”, cristalizado, em 1689, na **Relation de la Nigritie**, do Padre Gaby, cabia como luva nas mentalidades de um tempo em que a ética do trabalho assumia valor universal. Em 1730, o Padre Labat, relatando a **Voyage du Chevalier des Marchais en Guinée**, tocou o mesmo bordão: “é muito difícil obrigá-los a trabalhar e por esse motivo encontramos entre eles um número escasso de artes e ofícios”. (*apud* COQUERY-VIDROVITCH, 1981: 156-157). No decurso do século XVIII, pressupostos teológicos misturados com taxionomias raciais geraram novos esquemas de representação dos povos. Para Linneu, o africano (*Homo afer*) era “indolente, de costumes dissolutos; cabelo negro, crespo; pele azeitosa; nariz simiesco; lábios grossos; vagabundo; preguiçoso, negligente; (...) regido pelo arbitrário”. (MARQUER, 1973: 15). Em seu **Über die Körperliche Verschiedenheit des Negers vom Europäer (Sobre a Diferença Física Entre os Negros e o Europeu)**, de 1785, o anatomista alemão Samuel Soemmering observou que as populações da Costa da Guiné eram “mais insensíveis que outras à dor física ou aos males naturais, assim como aos tratamentos insultuosos ou injustos”. Portanto, “não há povo tão bem-adaptado a ser escravo de

outros”, pois teria o dom da “obediência passiva” como qualidade inata. (*apud* DAVIDSON, 1978: 9).

Pouco depois, duas correntes intelectuais enfronharam-se numa acalorada discussão sobre as origens dos seres humanos. Os “monogenistas”, conformes com a tradição bíblica, julgavam que todos descendiam de um único casal primordial. As diferenças resultariam dos processos históricos, dos meios naturais e das propensões biológicas de cada grupo. Por sua vez, os “poligenistas” sustentavam que as raças possuíam ancestrais diferentes e algumas nem mesmo podiam ser consideradas humanas. A doutrina poligenista parecia corresponder a muitos dados etnográficos, tal como eram recolhidos e classificados por europeus e americanos. A diversidade visual das raças induzia à conclusão de que elas não descendiam de um tronco comum. Essa opinião era reforçada pela crença de que a humanidade nascera poucos milênios antes de Cristo e, por isso, não dispusera de muito tempo para se disseminar pelos mais diversos climas e solos e desenvolver tamanha variedade de feições. Daí a conclusão de que as aparências entre as raças ocultariam a percepção de que nem todas seriam exatamente humanas. Algumas constituiriam espécies à parte: umas superiores, outras inferiores; umas dotadas de temperança, outras entregues aos vícios; umas belas, outras feias; umas em constante progresso, outras em permanente degeneração; umas civilizadas, outras mais próximas dos animais do que dos homens. (DUCHET, 1972).

A teoria poligenista grassou entre aqueles cristãos que não suportavam a idéia de ter os mesmos ancestrais que os índios e os negros. (BOORSTIN, 1989: 396-431 e 564 e ss). Também fez bastante sucesso entre os defensores da escravidão, que, desde muito tempo, achavam coisas parecidas a partir de outras premissas, como o autor anônimo de um panfleto publicado em Liverpool, em 1792, intitulado **Fugitive thoughts on the African slave trade**. Segundo ele, “os africanos são os mais lascivos de todos os seres humanos”. Por isso, ele desconfiava que os protestos dos negros, quando são capturados e separados de suas mulheres, “resultam apenas do receio de nunca mais terem oportunidade de satisfazer as suas paixões lá nas terras para onde os embarcam” (*apud* DAVIDSON, 1978: 9). Porém, apesar da publicidade que recebeu, o poligenismo não se afirmou como corrente científica. Não pelos seus erros na perspectiva da Genética, que não eram claramente percebidos na

época pré-mendeliana, mas por contrariar o paradigma bíblico da unidade do gênero humano (BAPTISTA, 1989).⁹

No século XIX, a consolidação acadêmica da Biologia exigiu o aperfeiçoamento e a disseminação de uma terminologia técnica que demarcasse sua especificidade como saber científico. Todavia, no tocante ao problema da formação das raças e das nações, o vocabulário do **Antigo Testamento** foi mantido. De um modo geral, aceitava-se o relato bíblico sobre a dispersão dos povos após o dilúvio universal, embora as descobertas dos arqueólogos e paleontólogos estivessem pondo em questão a simplicidade e a universalidade do que fora fixado nos capítulos do Gênesis. Segundo o mito judaico da criação, as nações descendem dos rebentos de Noé, que saíram com suas esposas para encher o mundo com seus herdeiros. Assim, de acordo com o que presumiam os europeus sobre o passado humano, as raças e as línguas eram classificadas em função do filho do patriarca que eles considerassem o primeiro ancestral de um grupo de povos. De Sem surgiram os “semitas”, de Jafé, os “jaféticos”, e de Cam, o filho amaldiçoado por Noé, os “camitas” (ou “hamitas”). Essa taxionomia, já usada na Idade Média, ganhou aparência de ciência em acadêmicos como Ernest Renan (1823-1892), professor do Collège de France. (MARQUER, 1973: 7-21; BARRET-KRIEGEL, 1993: 672-674).

A crença na incapacidade civilizadora dos povos negros recebeu um aporte decisivo quando foi reformatada pelas ideologias que reivindicavam as ciências naturais, como o darwinismo social. (CARVER, 1996). Seus defensores acreditavam que a teoria da evolução das espécies, proposta por Charles Darwin e popularizada por sábios como Thomas Huxley e Ernst Haeckel, continha verdades universais, extrapoláveis para a vida em sociedade. Eles explicavam a “marcha da civilização” a partir do conceito de “sobrevivência do mais apto” (entendido, no fundo, como vitória dos fortes sobre os fracos) e entendiam a evolução como uma passagem contínua do simples ao complexo, movida pela força do progresso. Os negros eram considerados vestígios, em extinção, de estágios remotos das sociedades civilizadas (PAGDEN, 2002: 177-202). Dado o vigor dessas ideologias biológicas do progresso social, compreende-se por que, até meados do século XX, parecia líquido e certo para a maioria dos europeus e africanos brancos – e, sem dúvida, para muitos negros educados nas escolas coloniais – que as origens do Grande

⁹ O poligenismo ainda viceja em meios racistas, como os nostálgicos do *apartheid*, que era justificado por idéias desse cariz. (McINTOSH et alii, 1989; COQUEREL, 1997).

Zimbábue deviam ser procuradas fora da África Negra, mesmo que a mão-de-obra empregada fosse composta por negróides.¹⁰

Apesar disso, as crescentes informações sobre os vários continentes levaram certos eruditos dos Estados imperialistas à conclusão de que não era mais possível trabalhar com classificações tão simplificadas, principalmente para as raças. Tampouco era cabível continuar negligenciando os deslocamentos dos povos e as miscigenações, privilegiando a busca de raças puras e dos presumíveis sítios de origem de cada uma delas. Essa nova perspectiva facilitava o enquadramento dos ameríndios e dos negros da África e da Oceania, que, é óbvio, não estavam previstos no Gênesis. Ademais, até os sábios mais tradicionalistas, que insistiam em conservar o modelo bíblico de classificação, não consideravam a “raça negra” descendente direta dos sobreviventes do dilúvio, mas fruto da maior ou menor miscigenação entre “camitas”, vindos do norte, e “negritos” ou “negróides”, cujas origens não eram bem conhecidas. O novo paradigma, porém, demorou a se consolidar. Ainda em finais do século XIX, escritores agnósticos, católicos ou protestantes continuavam dizendo que os negros eram mais aparentados aos macacos do que aos homens, por isso não constavam na explicação bíblica da gênese das nações (DAVIDSON, 1968, 1978, 1981; DUCHET, 1972).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Na segunda metade do século XVIII, o Grande Zimbábue, então ocupado pelos rozwis, povo do ramo xona, súdito do Changamire (o termo passara a designar os reis que sucederam Changa, também chamados de Mambo), foi tomado por guerreiros ngumis, vindos do sul. O reino foi quase desintegrado. Nas décadas seguintes, um sem-número de guerras devastou a região, em grande medida decorrentes da formidável máquina bélica do reino zulu de Chaka, o governante autocrata que, entre 1816 e 1838, expandiu amplamente seus domínios, provocando a migração de diversos povos do oeste da África Meridional para o norte e o leste (ALEXANDRE, 1991; GLUCKMAN, 1975). Em 1835, caiu o último Mambo dos rozwis, destronado por guerreiros suazis.

¹⁰ Essa crença é tão adequada aos ideais supremacistas das minorias brancas, que vem resistindo, há décadas, às evidências que a refutam. Ela influenciou profundamente os primeiros arqueólogos e historiadores que estudaram o passado africano. (CATON-THOMPSON, 1972; McINTOSH et alii, 1989).

Pouco depois, os soldados de Mzilikaki, um príncipe que rompera com Chaka, tomaram o planalto entre o Limpopo e o Zambeze, centrando em Bulawayo a capital do derradeiro Estado negro da região, o reino ndenbele (*matabele*, para os ingleses), cujo último rei independente, Lobengula, morreu, após ferrenho combate contra os britânicos, em 1894. (BERTAUX, 1974: 157-159, 177-179; DAVIDSON, 1984: 161-164).¹¹

No início do século XIX, as bacias do Limpopo e do Zambeze começaram a sofrer novas investidas européias. Por três séculos, a resistência encarnçada de diversos povos, bem como alguns acordos preventivos com os invasores, dificultaram a plena implantação de uma sociedade colonial lusa. Bem que grupos de mercadores, militares e sacerdotes tentaram, mas não contaram com o apoio maciço de Lisboa, que, até a segunda metade do século XVIII, voltou-se, principalmente, para as possessões asiáticas, o controle do comércio externo brasileiro e o tráfico negreiro. Assim, embora aquelas terras fossem consideradas domínios d'El-Rei de Portugal, na prática, a maior parte da região manteve-se independente, até que a chegada crescente de missionários, exploradores, naturalistas, colonos e militares alemães, holandeses e ingleses modificasse inteiramente o quadro (DAVIDSON, 1981). Portando as mais diversas motivações, eles compuseram em bloco uma nova máquina de dominação. “Nela se mesclaram a abnegação e o desinteresse da gesta científica com as velhas determinações do conversor de almas e com as ambições dos acionistas das companhias das Índias. Algumas vezes, esses propósitos coincidiram em uma mesma pessoa” (NEVARES, 1975: 64).

É matéria de forte controvérsia a determinação das conexões entre a presença de europeus na região e essas ondas de guerras de conquista associadas a grandes deslocamentos de povos. Para muitos historiadores ocidentais, aqueles processos foram desencadeados por fatores intra-africanos de longa duração. Seriam movimentos regulares na história do continente, não tendo diretamente a ver com uma possível pressão sobre os recursos naturais ocasionada pelo aumento da população branca. Elas decorreriam, basicamente, das ambições expansionistas de chefias ou monarcas. Para outros, não há como

¹¹ Analisando as diversas invasões da região, Basil Davidson observou que “não se trata, de forma alguma, de uma simples substituição mecânica de um povo por outro. Talvez não fosse muito mais que a sucessão de grupos dominantes – cada grupo dominante, com os seus exércitos, invadia, conquistava e instalava-se, mas, sem dúvida, tomava esposas entre os povos dominados e rapidamente se miscigenava com eles”. (DAVIDSON, 1968: 256).

negligenciar a ação devastadora dos europeus e dos árabes sobre os padrões demográficos africanos. Primeiro, eles estimularam atividades voltadas para mercados mundiais, como o comércio de escravos e o emprego forçado de trabalhadores nas minas. Depois, penetraram diretamente na África, desestruturando ordens sociais tradicionais e provocando perdas humanas irrecuperáveis. A maioria dos pan-africanistas advoga esta segunda posição, que ganhou acabamento final no manifesto de Walter Rodney sobre **How Europe Underdeveloped Africa**, publicado em 1972.

Seja como for, por volta de 1860, Alexander Merensky, um missionário luterano alemão, ouviu de um chefe tribal que cerca de 150 quilômetros ao norte do Limpopo, em pleno coração da terra dos xonas, havia uma cidade de pedra reduzida a ruínas e de acesso muito difícil. O reverendo, que se tornara algo próximo de um senhor feudal colonialista no Transvaal (Nordeste da África do Sul), não podia ir em busca das edificações misteriosas. Nem por isso guardou segredo. Um dos que ficaram sabendo do assunto foi o caçador Adam Renders, que encontrou o complexo de pedra em 1867 ou 1868. As notícias por ele trazidas repercutiram rapidamente, estimulando as ambições de outros exploradores. Entre setembro de 1871 e maio do ano seguinte, um geólogo alemão, Karl Mauch, realizou a primeira viagem de estudos científicos à região. “Hóspede-cativo” dos karanga, vassalos do reino ndebele, ele não encontrou dificuldades para investigar as edificações de pedra, inspecionar as áreas ao redor e observar os rituais do povo que lá residia (SUMMERS, 1965: 44-46).

Três anos depois, Mauch deu a lume suas conclusões, divulgadas numa revista alemã de razoável circulação, a **Petermann's Geographische Mitteilungen**. Isso lhe permitiu alcançar leitores ciosos de assuntos curiosos e explicações mirabolantes, misturando conhecimentos históricos e etnológicos, ciências naturais, mitologias, ocultismo etc. Assim, ao explanar o que vira no Grande Zimbábue, ele escreveu que, “a fortaleza no alto da colina (...) é uma cópia do templo de Salomão sobre o monte Moriá” (*apud*. GÓMEZ-TABANERA, 1980: 127). Reduzindo o desconhecido ao conhecido, chamou-a de Acrópole, por nela ver semelhanças com a célebre elevação de Atenas, embora não pretendesse sugerir nenhuma conexão histórica entre os antigos gregos e os africanos. Pelo contrário, para ele, os construtores da cidade de pedra faziam referência à visita da rainha de Sabá à Palestina. O edifício elíptico seria, na sua opinião, uma réplica do palácio onde ela ficara hospedada. Mauch, porém, não aventou uma hipótese bem-definida sobre os

construtores. Limitou-se a dizer que deviam ser desbravadores oriundos de uma civilização da Antigüidade, conhecedora do legado bíblico. Como a maioria de seus contemporâneos, ele não podia conceber que os negros fossem capazes de planejar e executar aquelas obras. Serviriam, quando muito, de mão-de-obra (DAVIDSON, 1968: 243 e ss).¹²

Quanto ao encontro de tesouros, o resultado da viagem de Karl Mauch foi frustrante. Mas as notícias pouco alvissareiras não desanimaram os exploradores, que se multiplicaram nos anos seguintes, motivados pela descoberta, em 1868, de jazidas de diamantes na África do Sul. No Grande Zimbábue, muitos visitantes conseguiram adquirir ou roubar objetos de pedra ou metais, belos e imponentes, atraindo mais invasores. Seguiram-se muitas pilhagens e logo se espalharam notícias da descoberta de ouro nas escavações. Daí por diante, foram décadas de desenfreada devastação.¹³ Em 1890, uma coluna de 500 militares e 200 colonos partiu da Bechuanalândia e acampou a cerca de 27 quilômetros das edificações, no sítio onde seria fundada Salisbury (futura capital da Rodésia do Sul, criada em 1895). Seus líderes eram empregados da British South African Company, uma empresa criada no ano anterior pelo magnata dos diamantes Cecil Rhodes, governador da Cidade do Cabo. (SUMMERS, 1965: 44-45). O acampamento, que deu início à tomada colonial da região, resultara de acordos entre representantes de Rhodes e Lobengula. Este acreditava que os europeus procurariam ouro e diamantes apenas por um breve tempo. Estava enganado, e de nada adiantaram suas tentativas de negociar a saída dos colonos diretamente com o governo britânico (DAVIDSON, 1984: 176-182).

Entre 1893 e 1895, Lobengula atacou posições dos invasores, mas teve seu povo chacinado pelo exército da Inglaterra. Em 1896-97, guerreiros remanescentes retomaram o combate, sofrendo terríveis reveses. Os novos senhores consideraram essa derradeira luta não como guerra de resistência, mas como um gesto de insubordinação de súditos do Império, que mereciam punição exemplar. O desprezo pelos ndebeles

¹² Segundo Roger Summers (1965: 44), “é realmente uma lástima que a única descrição científica de Mauch fosse publicada depois de sua morte, e que a descrição citada com maior frequência provenha de uma revista geográfica semipopular em que Mauch deu asas a especulações acerca das origens, especulações que evidentemente eram devidas, em grande parte, à fértil imaginação de Merensky”.

¹³ As atividades dos saqueadores não ficaram restritas ao Grande Zimbábue. Edificações menos monumentais, em Dhlo Dhlo, foram escavadas por homens como Burnham, um norte-americano, que delas retirou 18 kgde ornamentos de ouro. Já os britânicos Neal e Johnson desenterraram 5, 9kg de ouro dos cemitérios xona e ndebele (DAVIDSON, 1984: 67).

era reforçado pelos sacerdotes. De acordo com Andrew Porter, “na África, desde o começo da segunda onda de expansão missionária, na década de 1840, até a conclusão da partilha colonial, por volta de 1900, as missões cresceram e ficaram mais preparadas para requisitar proteção imperial ou colonial, chegando, nas décadas de 1880 e 1890, a advogar a destruição das sociedades, que eram particularmente resistentes à sua mensagem, como os ijebu, na Nigéria, e os ndebele, na Rodésia” (PORTER, 1996: 204). Eles espalharam entre os colonos o boato de que as revoltas visavam retomar as práticas fetichistas, que ameaçavam a integridade moral e religiosa daqueles homens e mulheres, que se consideravam escolhidos por Deus para cravar a civilização e a mensagem bíblica no coração selvagem da África.¹⁴

Uma empresa, a Rhodesian Ancient Ruins Company, recebeu, em 1895, a concessão de exclusividade na exploração dos zimbábues. Ela aprofundou a depredação, alterando de tal modo os sítios, que as formas originais perderam-se para sempre. Até 1901, seus garimpeiros obtiveram cerca de 14kg de peças de ouro, quase todas derretidas (DAVIDSON, 1984: 67). Para agravar o quadro, havia os antiquários e colecionadores. Durante o século XIX, possuir exemplares grandes ou pequenos da criatividade artística de civilizações desaparecidas tornou-se um quesito importante na decoração das residências e dos escritórios das classes altas e médias da Europa. Essa demanda por peças, que não precisavam ser de metais preciosos, mas apenas autênticas, alentou a voracidade dos exploradores. A devastação foi denunciada, em 1899, por um viajante alemão, Heinrich Schlichter, que conseguiu sensibilizar outras vozes. Como resultado, o governo proibiu as atividades da companhia mineradora. Essa decisão esteve na origem das leis, promulgadas em 1903, pelo Conselho Legislativo da Rodésia do Sul, que impediam escavações sem critérios técnicos e puniam o contrabando dos objetos de pedra e metais. Mas o estrago já era irreversível (SOMMERS, 1965: 45).

Em 1891, Theodore Bent, pago por Rhodes para investigar o Grande Zimbábue, concluiu, com base em prospecções e em cálculos geodésicos, que ele foi obra dos fenícios. Seu livro, **Ruined Cities of Mashonaland**, de 1892, foi um sucesso de vendas. Novos exploradores, convencidos de que a “hipótese fenícia” estava correta, foram às ruínas para acumular provas da presença dos pioneiros que, partindo de Cartago

¹⁴ Um autor didático brasileiro, aceitando o boato como verdade, escreveu: “Nos anos de 1896 e 1897, a população descontente, liderada por sacerdotes que pregavam a restauração da monarquia no Grande Zimbábue, atacou e massacrou grande parte dos brancos”. Por isso, foram caçados e perderam suas terras. (RODRIGUES, 1990: 167).

ou do Levante, teriam disseminado sua civilização na África Austral. Entre eles estava um jornalista de Bulawayo, Richard Hall, que, junto com W. C. Neal, publicou **Ancient Ruins of Rhodesia**, em 1904. Ganhando fama de arqueólogo experiente, foi nomeado Conservador das Ruínas do Zimbábue. Dotado de tanto poder, ele não encontrou limites à sua obsessão de provar que nenhum povo africano era capaz de fazer obras daquela magnitude. Suas escavações desregradas arruinaram centenas de sítios. O preconceito contra os negros levou-o a destruir os materiais achados nas camadas mais superficiais do solo, que ele chamou de “lixo cafre”. Hall queria assegurar a pureza dos objetos fenícios, que acreditava estar descobrindo em segmentos mais profundos. Suas opiniões foram expostas em seu **Great Zimbabwe**, de 1905 (DAVIDSON, 1968: 287 e ss).

Naquele mesmo ano, David Randall-MacIver foi comissionado pela British Association for the Advancement of Science para estudar o assunto com o rigor da mais avançada metodologia, dirimindo as dúvidas suscitadas por leitores de Richard Hall.¹⁵ Suas conclusões deveriam ser apresentadas, no ano seguinte, numa reunião que a entidade pretendia realizar na África do Sul. Depois de vários meses de investigação, ele publicou um estudo que, já no título, indicava uma viragem, **Mediaeval Rhodesia**. MacIver dizia não ter achado um objeto sequer “que fosse possível demonstrar ser anterior aos séculos XIV ou XV”. Nas edificações, “quer militar, quer doméstica, não se encontra o mais ligeiro vestígio de qualquer estilo europeu ou oriental de qualquer época”. O caráter das habitações seria “insofismavelmente africano”. As técnicas de confecção de objetos, também eram “tipicamente africanas” (*apud* DAVIDSON, 1968: 249). Em suma, “a resposta que MacIver deu ao enigma era completamente distinta da que haviam dado seus predecessores: Zimbábue era um fenômeno puramente africano, sua antigüidade não chegava a mil anos, e algumas das ruínas eram, ainda, mais recentes” (SOMMERS, 1965: 46).

A reação dos afetados foi barulhenta, a começar por Richard Hall, que reiterou sua tese em **Prehistoric Rhodesia**, de 1909. Seguiram-se duas décadas de ásperas controvérsias. Por fim, em 1929, as idéias centrais de Randall-MacIver foram confirmadas por investigações

¹⁵ Jovem egíptólogo, MacIver estava bastante qualificado para isso. Trabalhava com Flinders Petrie, famoso por suas pesquisas sobre as civilizações cretense, micênica e egípcia, e sistematizador de novas técnicas de pesquisa, numa obra de 1904 destinada a inspirar arqueólogos por várias décadas, **Methods and Aims in Archaeology**. (DANIEL, 1974: 226 e ss).

detalhadas conduzidas por Gertrude Caton-Thompson, também treinada no vasto mundo da egiptologia. Na conclusão de seu relatório, **The Zimbabwe Culture**, ela observou que, “o exame de todas as provas existentes, reunidas em muitos pontos diferentes, continua a ser incapaz de revelar um único artigo que não concorde com a teoria de que a sua origem é banto e a sua data, medieval”. Ainda de forma mais enfática, aduziu: “definitivamente, nada me impele a aceitar a sugestão tão repetida e comprometedora segundo a qual Zimbábue e as estruturas com ele relacionadas teria sido construída por trabalhadores indígenas sob a direção de uma raça estranha, superior” (*apud* DAVIDSON, 1968: 249-250). As constatações da arqueóloga britânica não perturbaram o sono dos defensores mais ferrenhos da idéia de incapacidade civilizatória dos povos negros. Eles tomaram-nas como provocações de uma liberal, que demonstrava má-fé e ignorância.

Na realidade, a querela era bem mais intrincada e ampla do que uma discussão entre arqueólogos. A “hipótese fenícia” derivava, em parte, da conversão em grupos raciais dos descendentes dos filhos de Noé assinalados no **Velho Testamento**. Os fenícios eram semitas, portanto, tidos como superiores aos herdeiros de Cam, que ocuparam a África e se misturaram com os negros. Neste sentido, a idéia de que as construções eram semíticas dispensava uma referência precisa a um povo específico. Assim, em 1930, uma enciclopédia espanhola fixou a idéia de que, “aqueles construtores e mineradores eram semitas, provavelmente da Arábia meridional, ainda que os fenícios e os egípcios também conhecessem este país” (ESPASA CALPE, 1930: LXX: 1235). Pouco depois, uma enciclopédia portuguesa mencionava os arqueólogos de “opinião eclética”. Para eles, as edificações mais antigas e sólidas, consideradas bem melhores em termos de engenharia e arquitetura, foram “obra certamente de raças estranhas, árabes, etíopes, egípcias ou indianas”. Já as mais recentes, “de arquitetura menos perfeita e menos monumental”, seriam “possíveis imitações de potentes bantos, que dessa forma edificassem depois, por imitação, o seu *Kraal*”. (G. E. P. B., S/D: XXXVII: 289).



Enquanto massacravam povos e construía um Estado colonial organizado em torno da sistemática exclusão da cidadania dos negros, os europeus e seus descendentes acharam tempo para conquistar o mundo das idéias, em particular, o plano das representações do passado. Já em

1899, estavam editados quatro volumes dos **Records of South-Eastern Africa**, organizados por George McCall Theal, juntando textos árabes, lusos, holandeses e britânicos para documentar a memória épica dos conquistadores da Terra dos Matabeles. Um ano depois, H. Hensman lançou a primeira **History of Rhodesia**. Ele defendia a origem semítica do Grande Zimbábue. Do começo do século XX até a derrubada do regime racista, em 1979-1981, as escolas ensinaram uma história da Rodésia apoiada, tal como a da África do Sul, em três pilares: (a) a sistemática negação da antigüidade da ocupação da região pelos povos negros, que nela vivem no presente; (b) a convicção de que os colonos compunham um povo escolhido por Deus para civilizar aquela terra; (c) a crença na superioridade biológica, moral e intelectual dos povos brancos. Essa história-propaganda sustentava que os europeus levaram ordem, paz e prosperidade para povos que teriam defeitos raciais seriam déspotas destemperados e de animalescos instintos guerreiros. (MARKS, 1980; REID, 2000).

A historiografia racista tentou de todos os modos gerar a idéia de que a ocupação de vastas áreas da África Austral se dera sem morticínio, porquanto seriam quase vazios demográficos. Em 1972, numa obra para divulgar no estrangeiro as virtudes do regime de *apartheid* sul-africano, um intelectual de renome, W. J. de Kock, explicou que, durante a “Grande Migração” dos bôers, entre 1835 e 1837, homens e mulheres “com grande sacrifício pessoal”, viajaram “através de vastos territórios desabitados, em consequência das guerras entre as próprias raças negras, antes da chegada dos brancos”. (KOCK, 1972: 14). A colonização da África do Sul, da Rodésia do Norte (Zâmbia, desde 1960) e da Rodésia do Sul (Zimbábue, desde 1980) teria se processado em áreas antes devastadas por ambiciosos tiranos e seus fiéis seguidores. Outros historiadores sustentaram, subestimando provas arqueológicas, que os bantos chegaram ao Sul da África na mesma época que os primeiros exploradores europeus e não podiam alegar direito à terra por razões de precedência (DAVIDSON, 1984: 159 e ss).

O mito da raça eleita, poderoso entre os bôers, também se disseminou entre os britânicos. Na Rodésia do Sul, onde a diferença entre o número de brancos e de negros era gigantesca, ele fortaleceu a

identidade e a solidariedade entre os membros da camada dominante.¹⁶ Europeus e euro-africanos acreditavam que, antes de sua chegada, não vicejara a vida civil naquele mundo selvagem. Para eles, o Estado colonial era um vetor civilizatório, portador do progresso. Em 1894, dirigindo-se à Assembléia do Cabo, Cecil Rhodes justificou a política de deslocamento forçado dos nativos, entendendo-a como um meio de estimular o trabalho assalariado fora das aldeias e, portanto, a ampliação da capacidade de pagar impostos. Com tais medidas, ele pensava, os africanos sairiam de sua “vida de preguiça e indolência”, aprenderiam a “dignidade do trabalho”, poderiam “contribuir para a prosperidade do Estado” e dar “alguma coisa em troca do nosso bom e sensato governo” (*apud* DAVIDSON, 1979: 23). Os brancos se achavam uma raça adulta em contraste com os africanos, infantis. Um apologista de Rhodes escreveu que ele “carece por completo de desprezo quanto ao negro. Considera-o e trata-o como um congêneres, que só difere em seu nível mais baixo de desenvolvimento. (...) Toma-os como crianças (...) e os trata como tais, com afeto, mas com firmeza” (*apud* BLOOM, 1974: 35).

A mistura dessas convicções morais com interpretações antropológicas fundadas em premissas que depreciavam os povos não-brancos orientou, por muitas décadas, a percepção imperialista do passado africano. Na década de 1950, Sir Philip Mitchell, ex-governador colonial do Quênia, opinou que a colonização fora um dever ocidental e, embora “pudesse ter sido melhor, sem tantos defeitos e falhas”, os negros ganharam com ela, pois receberam influxos civilizatórios que não estavam aptos a produzir por conta própria. Antes dela, os africanos “não tinham nem sistema numérico, nem almanaque ou calendário, nem registros cronológicos ou medidas de distância, volume ou peso; careciam de sistema monetário e de comércio exterior, exceto escravos e marfim. (...) Não conheciam nem o arado, nem a roda e não tinham meios de transporte, exceto carregadores que conduziam a carga por terra e toscas pirogas, em rios e lagos”. Ele acreditava sinceramente que, antes de os estrangeiros chegarem, “essa gente não havia criado nem construído

¹⁶ Para se ter uma idéia da desproporção, basta lembrar que, em 1919, para cerca de 33 mil brancos, havia aproximadamente 750 mil negros. Naquelas circunstâncias, “os brancos se sentiam encapsulados e acossados, e esse isolamento social, junto com a tendência ao estabelecimento de famílias, ao invés de indivíduos, desalentou o concubinato”. (BLOOM, 1974: 146). A miscigenação era rara. Temia-se a degeneração biológica e a decadência moral da raça considerada superior. Daí a discriminação dos mestiços e a preocupação em apagar da memória a época em que os pioneiros se amancebaram com as mulheres de África, inclusive as hotentotes, tão ridicularizadas, mais tarde, por serem o que os europeus consideravam o modelo da beleza feminina. (DAVIDSON, 1984: 159 e ss).

nada, absolutamente nada, com algo mais duradouro que argila, varas e palha”. (*apud* COUGHLAN, 1964: 109).

Desprezando evidências, acumuladas desde a primeira década do século XX, diversos escritores continuam espalhando a idéia de que o Grande Zimbábue e, por extensão, qualquer obra de engenharia complexa encontrada na África Negra, é fruto da presença ou da influência decisiva de povos de fora da região. Os cultores da chamada arqueologia fantástica, em particular, produziram um coquetel de interpretações delirantes e racistas que convenceu muita gente. O sucesso desses autores está, em boa medida, ligado à sua habilidade de manipular hipóteses paranóicas a respeito de elites herméticas que guardariam conhecimentos capazes de alterar completamente o rumo da história humana. Essa literatura tende a reforçar terríveis estereótipos, pois nela está implícito que, sem a ajuda de raças superiores, terráqueas ou extraterrestres, os povos do Terceiro Mundo jamais sairiam de um estado crônico de torpor anticivilizatório. É com um breve comentário de um dos mais prolixos dentre esses mistificadores profissionais que encerro este apanhado.

Em 1971, o francês Serge Hutin advertiu, solenemente, que, a chegada do homem à Lua, dois anos antes, estava “longe de significar o fim de todos os mistérios e dos enigmas que nosso planeta guarda”. “Infelizmente”, observou, “os cientistas continuam deixando inteiramente de lado uma zona marginal de fatos que não pertencem mais ao domínio da lenda, mas que ainda não entram no do saber científico”. Um desses fatos é a “cidade ciclopiana de Zimbabwe, que, apesar dos pacientes trabalhos arqueológicos (...), conserva os seus segredos”. Nela haveria “esconderijos misteriosos onde estariam dissimulados os mais prodigiosos segredos antediluvianos”. (HUTIN, S/D: 9, 154, 53). A questão é posta sob a premissa de que, os arqueólogos e os governantes ocultam segredos de graves proporções, como as “inegáveis analogias” entre povos que não se conheceram. Segundo ele, “em Zimbabwe como em Machu-Pichu, a cidade perdida da qual os Incas fizeram uma fortaleza inexpugnável, mas que se erguia bem antes deles, encontram-se extraordinárias torres ovais, hermeticamente fechadas... menos pelo alto! Em Machu-Pichu, estas misteriosas torres são chamadas – expressão que obriga à reflexão – ‘Câmaras dos homens voadores’”. Os “pássaros em cristal, de uma arte hierática e delicada”, descobertos no Zimbabwe e nos Andes, “cuja análoga arqueologia não existe, aliás, em parte alguma”, suscitam-lhe, então, as seguintes perguntas: “Estes vestígios nos revelariam o que poderia ter sido a arte lemuriana em seu apogeu? Ou

então seria preciso pensar na Atlântida??. (HUTIN, S/D: 53, 54). Pois é, durma-se com um barulho desses!!!

REFERÊNCIAS

(a) Fontes

- BARBOSA, Duarte (1996). **O Livro de Duarte Barbosa**. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia/Instituto de Investigação Científica Tropical.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (org.) (1981). **A Descoberta de África**. Lisboa: Edições 70.
- DECLÉ, Lionel (1900). **Three Years in Savage Africa**. 2nd edition. London: Methuen. (Edição fac-similar, Salisbury: Rhodesia Reprinting Library, 1974).
- HUTIN, Serge (S/D). **Homens e Civilizações Fantásticas**. São Paulo: Hemus.
- IBN-BATTUTA (1992). **Voyages et Périples Choisis**. Paris: Gallimard.
- PIGAFETTA, Filippo e LOPES, Duarte (1591). **Relatione del reame di Congo et delle circonvicine contrade**. Roma: B. Grassi.

(b) Livros didáticos

- BOLÉO, J. Oliveira (1968). **Moçambique – Pequena Monografia**. 3^a edição. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- KOCK, W. J. de (1972). **História da África do Sul**. Pretória: Ministério da Informação.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (S/D). **História Geral da Civilização**. 5^a edição. Porto: Porto Editora, Volume II.
- RODRIGUES, João Carlos (1990). **Pequena História da África Negra**. São Paulo: Globo/Brasília: Secretaria da Cultura da Presidência da República/Biblioteca Nacional.

(c) Livros

- ANDREWS, Richard (2000). **Sangue Sobre a Montanha**. Rio: Imago.
- BAPTISTA, Manuel Banet (1989). **Génese e Genes**. Lisboa: Gradiva.

- BERTAUX, Pierre (1974). *Africa – Desde la Prehistoria Hasta los Estados Actuales*. Madrid: Siglo XXI.
- BLOOM, Leonard (1974). **Psicología Social de las Relaciones de Raza**. Buenos Aires: Granica.
- BOORSTIN, Daniel (1989). **Os Descobridores**. Rio: Civilização Brasileira.
- BRANDÃO, Junito (1997). **Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega**. Volume I. 3ª edição. Petrópolis: Vozes.
- CHAUNU, Pierre (1984). **Conquista e Exploração de Novos Mundos**. São Paulo: Pioneira.
- COSTA E SILVA, Alberto da (1996). **A Enxada e a Lança – A África Antes dos Portugueses**. 2ª edição, revista e aumentada. Rio: Nova Fronteira.
- COUGHLAN, Robert (1964). **Africa Tropical**. México: Offset Multicolor/Biblioteca Universal de Life.
- DANIEL, Glyn (1974). *Historia de la Arqueología – De los Anticuarios a V. Gordon Childe*. Madrid: Alianza.
- DAVIDSON, Basil (1968). **Revelando a Velha África**. Lisboa: Prelo.
- _____ (1978). *Mãe Negra – África: Os Anos de Provação*. Lisboa: Sá da Costa.
- _____ (1979). **A Política da Luta Armada**. Lisboa: Caminho.
- _____ (1981). **À Descoberta do Passado de África**. Lisboa: Sá da Costa.
- _____ (1984). **The Story of Africa**. London: Mitchell Beazley/Channel Four Book.
- ESPASA CALPE (1930). *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*. Madrid: Espasa-Calpe.
- G. E. P. B (S/D) – **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. Lisboa/Rio: Editorial Enciclopédia.
- ISICHEI, Elizabeth (1997). **A History of African Societies to 1870**. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- KI-ZERBO, Joseph (1981). **História de África Negra**. Lisboa: Europa-América, Volume I.
- MARQUER, Paulette (1973). **Las Razas Humanas**. Madrid: Alianza.
- McKENZIE, John (1993). **Dicionário Bíblico**. 5ª edição. São Paulo: Paulus.
- MURRAY, Jocelyn (1997). **África – O Despertar de um Continente**. Madrid: Ediciones del Prado, 2 Volumes.
- NEVARES, Salvador Reyes (1975). **Historia de las Ideas Colonialistas**. México: Fondo de Cultura Económica.

- OLIVER, Roland (1994). *A Experiência Africana – Da Pré-História aos Dias Atuais*. Rio: Jorge Zahar.
- PAGDEN, Anthony (2002). *Povos e Impérios – Uma História de Migrações e Conquistas, da Grécia até a Atualidade*. São Paulo: Objetiva.
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (1998). *La Traite des Noirs*. Paris: P. U. F.

(d) Artigos e verbetes assinados

- ALEXANDRE, Pierre (1991). “Afrique du Sud: La guerre des Zoulou”. *L’Histoire*, (142), março, p. 32-40.
- ALMEIDA DE EÇA, F. G. (1969). “Fernandes (António)”. **Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**. Tomo VIII. Lisboa: Verbo, p. 585.
- BARRET-KRIEGEL, Blandine (1993). “Renan” in BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio: Imago, p. 672-674.
- CARVER, Terrell (1996). “Darwinismo social” in BOTTOMORE, Tom et alli (orgs.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio: Jorge Zahar, p. 174.
- CATON-THOMPSON, Gertrude (1972). “Zimbabwe”. **The Encyclopedia Americana**. New York: Volume 29, p. 776-777.
- COQUEREL, Paul (1997). “Noirs et blancs en Afrique du Sud: l’apartheid triomphant”. *L’Histoire*, (214), outubro, p. 46-47.
- DUCHET, Michèle (1972). “Esclavitud y prejuicio de color” in COMARMOND, Patrice de y DUCHET, Claude (dirs.). **Racismo y Sociedad**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, p. 176-200.
- GLUCKMAN, Max (1975). “El nacimiento del imperio zulu” in JORGENSEN, Joseph (comp.). **Biología y Cultura**. Madrid: Hermann Blume, p. 323-331.
- GÓMEZ-TABANERA, José Manuel (1980). “Zimbabue, el dorado africano”. **Historia** 16, Ano V (51), julho, p. 122-128.
- HUFFMAN, Thomas (1997). “Architecture and settlement patterns” in VOGEL, Joseph and Jean (eds.). **Encyclopedia of Precolonial Africa**. Walnut Creek: Altamira Press, p. 149-155.
- LAMPHEAR, John (1977). “Two basic themes in African history: migration and state formation” in MARTIN, Phyllis and O’MEARA, Patrick (eds.). **Africa**. Bloomington: Indiana University Press, p. 83-97.

- MARKS, Shula (1980). "South Africa – The myth of the empty land". **History Today**, 30 (1), janeiro, p. 7-12.
- MARTIN, B. G.. (1977). "The spread of Islam" in MARTIN, Phyllis and O'MEARA, Patrick (eds.). **Africa**. Bloomington: Indiana University Press, p. 98-113.
- McINTOSH, Roderick (1998). "The riddle of Great Zimbabwe". **Archaeology**, 51 (4), julho-agosto, p. 44-49.
- _____ (1999). "Africa's storied past". **Archaeology**, 52 (3), maio-junho, p. 55-60.
- _____ et alli (1989). "People without history". **Archaeology**, 42 (1), janeiro-fevereiro, p. 75-80, 107.
- MONIOT, Henri. (1993). "África" in BURGUIÈRE, André (org.). **Op. cit.**, p. 12-18.
- PHILLIPSON, D. W. (1980). "Iron Age Africa and the expansion of the Bantu" in SHERRATT, Andrew (ed.). **The Cambridge Encyclopedia of Archaeology**. New York: Crown Publishers/Cambridge University Press, p. 342-347.
- PORTER, Andrew (1996). "Empires in the mind" in MARSHALL, Peter James (ed.). **The Cambridge Illustrated History of the British Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 185-223.
- REID, Richard (2000). "A fierce race". **History Today**, 50 (6), junho, p. 38-39.
- ROBERTS, A. D. (1981). "Bantu Africa" in OLIVER, Roland and CROWDER, Michael (eds.). **The Cambridge Encyclopedia of Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 125-130.
- SOLANKE, Jolayemi (1996). "Internal African migrations and the growth of cultures" in OLANIYAN, Richard (ed.). **African History and Culture**. Lagos: Longman Nigeria, p. 13-26.
- SUMMERS, Roger (1965). "El misterio de Zimbabwe" in BACON, Edward (dir.). **Civilizaciones Extinguidas – Pueblos y Culturas Desaparecidos**. Barcelona: Labor, p. 43-54.
- TAGUIEFF, Pierre-André (1997). "Quand on pensait le monde em termes de races". **L'Histoire**, (214), outubro, p. 34-41.
- TOPOR, Hélène d'Almeida (1988). "Les amazones du Dahomey". **L'Histoire**, (109), março, p. 20-26.